



MATERNIDADE ENQUANTO RESISTÊNCIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: MULHERES E CRIANÇAS INIMIGAS DO ESTADO

Motherhood as resistance during the Brazilian civil-military dictatorship: women and children as enemies of the state

Micaela Stefani HOFF

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Itapema
Itapema, Brasil

micaelahoff233@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-2970-5204> 

Roseli NAZARIO

Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituto Federal Catarinense
Camboriú, Brasil

roseli.nazario@ifc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4562-148X> 

Amanda Vidal SILVA

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
Balneário Camboriú, Brasil

amavidal92@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8557-3785> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo, recorte de um trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia, analisa as experiências de infâncias durante a ditadura civil-militar brasileira. Motivada pelo silenciamento histórico sobre a condição de mulheres e crianças no período, a pesquisa discute a pluralidade dessas vivências, questionando a ideia de uma única "infância roubada". A metodologia qualitativa, descritiva e bibliográfica, ampara-se em autores que abordam o contexto ditatorial, gênero e o conceito de infância. A análise da obra "Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil" (2014), focando em 30 depoimentos de crianças presas ou nascidas em cárcere, revela experiências de infância criadoras, potentes e resistentes. Tais infâncias convocam a repensar a produção de conhecimento sobre crianças e o lugar das mulheres na história, reconhecendo que a democracia não se consolida silenciando sujeitos vulneráveis que se mostram potentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar. Infâncias. Experiência. Gênero. Resistência.

ABSTRACT

This article, derived from a monograph, analyzes childhood experiences during the Brazilian civil-military dictatorship. Motivated by the historical silencing of the condition of women and children during this period, the research discusses the plurality of these experiences, questioning the idea of a single "stolen childhood." The qualitative, descriptive, and bibliographic methodology is supported by authors addressing the dictatorial context, gender, and the concept of childhood. The analysis of the work "Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil" [Stolen Childhood: Children affected by the Military Dictatorship in Brazil] (2014), focusing on 20 testimonies of children imprisoned or born in captivity, reveals creative, powerful, and resilient childhood experiences. Such childhoods call for a rethinking of knowledge production regarding children and the role of women in history, recognizing that democracy is not consolidated by silencing vulnerable subjects who prove to be powerful.

KEYWORDS: Civil-Military Dictatorship. Childhood. Experience. Gender. Resistance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na análise dos modos de maternar empreendidos por mulheres que exerceram militância no contexto da ditadura civil-militar brasileira¹. Esse regime se estendeu, do ponto de vista cronológico, de 1964 a 1985 (Toledo, 2004; Napolitano, 2014). No entanto, propomos compreendê-lo também a partir de uma perspectiva aiônica do tempo, isto é, um tempo não linear. Diferentemente do tempo *chronos*, de natureza cronológica, o tempo *aión* relaciona-se à experiência, sendo, portanto, intensivo e qualitativo, escapando à sucessão tradicional dos acontecimentos (Kohan, 2007).

Partimos dessa compreensão porque, para as vítimas, um conjunto heterogêneo de sujeitos, dentre os quais destacamos, no trabalho final de curso, as crianças e as mulheres, tais eventos permanecem vivos na atualidade. Nesse sentido, não há cronologia capaz de conter a força da experiência.

Historicamente, o cuidado com as crianças tem sido socialmente atribuído às mulheres, o que nos leva a compreender por que, no contexto da ditadura civil-militar brasileira, os filhos de militantes políticos eram em muitos casos mantidos presos junto às mães, e não aos pais.

Nesse cenário, a maternidade foi atravessada por múltiplas formas de violência: visitas dos filhos utilizadas como instrumento de tortura para obtenção de informações; o exercício do cuidado em celas insalubres e despreparadas para acolher crianças ou qualquer outro ser humano; partos realizados em hospitais militares sob vigilância; e o constante temor de que o Estado se apropriasse de seus bebês, sob a lógica desumanizante de que “filho dessa raça não deve nascer” (São Paulo, 2014). Esses contextos de violência foram experienciados por mulheres que ousaram negar o papel destinado a elas pela sociedade, sem abrir mão da maternidade.

O contexto de repressão perpetuado pela ditadura, e também a oposição a ela, são narrados historicamente pelo ponto de vista masculino. A literatura traz com maior profundidade a participação dos homens. Há que se reconhecer que as mulheres que lutaram contra a repressão contrariaram a ordem social quando ousaram se fazer presentes em um espaço público, político e considerado masculino (Colling, 2004).

¹ O golpe que levou à tomada de poder foi planejado estrategicamente, articulando os militares e os setores civis, com maior ênfase nos militares. Dessa forma, opta-se por utilizar o termo *golpe civil militar*, que se estende para *ditadura civil-militar* (Napolitano, 2014).

As mulheres que participavam dos partidos de oposição à ditadura civil-militar eram socialmente tidas como duplamente pecadoras, pois se colocavam contra a política golpista e desconsideravam o lugar que era visto como pertencente à mulher: o lar e o cuidado da família (Colling, 2004). Nesse contexto autoritário, muitas mulheres já eram mães ou se tornaram mães. Inclusive, algumas delas exerceram o cuidado de outras crianças para além do cuidado de seus filhos, acolhendo os filhos dos militantes que tiveram as vidas ceifadas pela ditadura ou foram dados como desaparecidos.

REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de aprofundar a compreensão da temática, realizou-se um levantamento de estudos no campo da pesquisa em educação, utilizando os repositórios de trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A seleção de trabalhos que dialogam com a temática foi feita a partir da análise dos títulos e da leitura do resumo.

Na ANPEd foram lidos os trabalhos apresentados nas 3 últimas reuniões nacionais (2023; 2021; 2019) dentro dos seguintes grupos de trabalho: GT02 – História da Educação; GT06 - Educação Popular; GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos; GT12 - Currículo; GT13 - Educação Fundamental; GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. A seleção dos Grupos de Trabalho (GTs) analisados nesta pesquisa considerou a coerência temática entre os títulos dos grupos e a possibilidade de encontrarem-se produções relacionadas à ditadura civil-militar e suas implicações na educação. Assim, foram priorizados os GTs cujos eixos abordam aspectos históricos, políticos, sociais e pedagógicos da educação, por apresentarem maior potencial de diálogo com o objeto do estudo. Por outro lado, optou-se por não investigar determinados GTs cujas temáticas, como áreas específicas de ensino, psicologia da educação ou educação ambiental, indicavam menor probabilidade de conter trabalhos diretamente vinculados à temática da ditadura.

Nessa busca, dois trabalhos se relacionam com a temática infância e ditadura. Na 41ª Reunião da ANPEd (2023), vinculado ao GT02 - História da Educação, Gomes (2023) analisa cartas que trazem vestígios das propostas educacionais e práticas educativas em relação ao ensino e políticas de escolarização no território do Araguaia/Xingu/MT, na década de 1970. Na mesma reunião, no GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 Anos, as autoras Silva, Lima e Nazario (2023) apresentam

experiências sobre a(s) infância(s) na voz de mulheres que vivenciaram o contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) na condição de crianças.

Na BDTD, utilizamos os descritores infância AND ditadura com o recorte temporal de 2019-2023. Foram encontrados 31 trabalhos. Entre eles, foi pertinente selecionar 7 dissertações e uma tese, a partir da leitura dos títulos e dos resumos. Dessa forma, em 2024 ainda temos propriedade para concordar com Colling (2004), quando a autora afirma que a história da ditadura civil-militar é contada por homens e que a prova disso é o acesso à literatura sobre o período. Os trabalhos selecionados nas duas buscas são de imensa qualidade, mas apenas Silva (2022) e Silva, Lima e Nazario (2023), sendo que o primeiro citado trata especificamente da relação entre infância(s) e a condição de ser mulher e militante na ditadura.

Em virtude da elaboração deste trabalho, foi realizada uma nova busca na BDTD, alargando o recorte temporal para o ano de 2026. Nessa busca, foram localizados dois trabalhos importantes para a temática, que evidenciam o crescimento da discussão acerca das infâncias na ditadura. A dissertação “Uma cartografia no ensino de história: memórias da ditadura civil-militar do Brasil” busca explorar a cartografia utilizando de textos da obra *Infância Roubada* (2014) com estudantes do terceiro ano do Ensino Médio (Deucher, 2025), reforçando a necessidade de inclusão da temática no currículo da Educação Básica.

A tese “Maternidade clandestina: as experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira (1964 - 1985)” “[...] analisa as experiências de maternidade de mulheres militantes que integraram organizações políticas de esquerda durante a ditadura militar brasileira” (Gomes, 2025, p. 8). Ambos os trabalhos foram escritos no campo da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em História.

CAMINHOS DA PESQUISA - ENTRE QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS INFINDAS

A presente pesquisa resulta de um estudo qualitativo, de característica descritiva e bibliográfico (Gil, 2002; Stake, 2011). Sendo assim, o acesso aos depoimentos de adultos que foram crianças filhas de mães militantes ou esposas de militantes durante a ditadura se deu por meio da obra *Infância Roubada* (São Paulo, 2014), que apresenta 44 depoimentos.

A pesquisa bibliográfica tem como base materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos (Gil, 2002). Assim sendo, o contato com os depoimentos de pessoas que vivenciaram a infância no período da ditadura civil militar brasileira se dá pelo acesso à obra *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (São Paulo, 2014).

A primeira aproximação com a obra se deu pela leitura flutuante, em busca de questões no âmbito das experiências da infância e do ser criança, expressas nos depoimentos que mobilizam, com maior força, o anseio de pesquisar e compreender. Para este trabalho, utilizamos o recorte referente a relação entre maternidade, militância e ditadura, que abrange 30 depoimentos. Os relatos maternos foram contabilizados junto aos depoimentos dos respectivos filhos, de modo a preservar a amplitude das narrativas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no exército, o comunista vendia pipoca, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir o reservatório de água, dopar os bebedouros (Paiva, 2015, p. 90).

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) resultou de uma profunda crise política e econômica que culminou na deposição do presidente João Goulart. Seu governo (1961-1964) foi marcado por intensa polarização entre grupos progressistas, defensores das reformas de base (agrária, bancária, eleitoral, entre outras), e setores conservadores, dos quais faziam parte os empresários, militares e parte da classe média, que as percebiam como uma ameaça comunista. A proposta de Goulart, contudo, visava à consolidação do capitalismo industrial brasileiro, buscando sua humanização pela distribuição de terras improdutivas e pela ampliação do mercado interno (Toledo, 2004).

Para aqueles que incitaram e levaram a cabo o golpe de 1964, o movimento surgia como antídoto contra João Goulart, contra a subversão, contra a corrupção. Não havia intenção de construir algo novo, apenas de frear as mudanças que iam na contramão dos interesses das classes dominantes. A mídia conservadora desempenhou papel crucial na disseminação de um pânico moral, associando as reformas e os

movimentos sociais à subversão e à iminência de uma "república sindicalista" (Toledo, 2004).

A institucionalização do regime autoritário iniciou-se no governo de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). Contrariando a narrativa liberal que frequentemente descreve este período como uma "ditabranda", os anos iniciais do regime foram marcados por uma repressão legalizada e intensa. A promulgação de quatro Atos Institucionais, da Lei de Imprensa e de uma nova Constituição conferiu ao Estado prerrogativas para cassar mandatos, suspender direitos políticos e reprimir opositores. Mais da metade das sanções impostas com base nos Atos Institucionais ocorreu durante o governo Castello Branco, o que sublinha a centralidade da violência e do autoritarismo desde a gênese do regime (Napolitano, 2014).

A escalada autoritária culminou em 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) pelo presidente Artur da Costa e Silva. O AI-5 suprimiu as garantias constitucionais remanescentes, como o *habeas corpus*, e inaugurou os "anos de chumbo". Sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a repressão consolidou-se como uma política de Estado sistemática, executada por órgãos como o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Financiado, em parte, por setores empresariais, o aparato repressivo empregou tortura, assassinato e desaparecimento forçado não apenas para a obtenção de informações, mas para a aniquilação física e psicológica dos opositores, disseminando o terror na sociedade (Napolitano, 2014).

A violência estatal estendeu-se para além dos militantes políticos, afetando também seus familiares, incluindo crianças, que foram submetidas a prisões clandestinas, exílio e à vivência em um ambiente de medo e clandestinidade (São Paulo, 2014). A criação da figura do "desaparecido político" constituiu uma das facetas mais perversas do regime, negando às famílias o direito ao luto e perpetuando um trauma coletivo. A ausência de atestados de óbito criou uma atmosfera de insegurança jurídica e emocional, compelindo familiares, predominantemente mulheres, a empreenderem longas e árduas batalhas por verdade e justiça (Napolitano, 2014).

As implicações da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) asseguraram a impunidade aos agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos. A carência de uma justiça de transição efetiva permitiu a persistência de uma cultura autoritária no Brasil contemporâneo, manifestada por discursos que evocam a ditadura e por recentes tentativas de ruptura democrática. A memória e a

verdade histórica configuram-se, portanto, como instrumentos indispensáveis para a consolidação democrática e para a prevenção da reiteração do terror de Estado.

“FILHO DESSA RAÇA NÃO DEVE NASCER”: EXPERIÊNCIAS DE MATERNIDADE E INFÂNCIA SOB O TERROR DE ESTADO

Hay una historia, la de las mujeres que aún no ha sido contada en su totalidad, ésta es la primera vez que comparto un pedazo de mi alma
(Miriam Suarez apud Wolff, 2015, p. 976).

André Almeida Cunha Arantes nasceu em junho de 1965, irmão de Priscila Almeida Cunha Arantes, nascida em 1º de maio de 1966. Seus pais, Aldo e Maria Auxiliadora eram militantes. No final de 1968, ano em que o AI-5 teve origem, André e Priscila tinham 3 e 2 anos de idade quando foram sequestrados por agentes da ditadura junto de sua família em Pariconha, Alagoas.

André recorda da Policlínica da Polícia Militar de Alagoas como um castelo, que à noite parecia mais sombrio. Ele pensou que “[...] quando acordasse de manhã perceberia que o castelo era legal” (São Paulo, 2014, p. 23). Quando acordou no outro dia “[...] estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades” (São Paulo, 2014, p. 23).

O próximo destino foi a Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia André e Priscila desciam ao pátio para brincar, dividiam o espaço com lixos e ratos. A mãe de André apelidou os ratos de “Jerry”, fazendo uma alusão ao desenho animado “Tom e Jerry”, e figurando os mecanismos da ditadura como o algoz de Jerry, Tom.

A prisão da mãe e das duas crianças durou quatro meses. No julgamento de seus pais, um militar questionou por que as crianças estavam presas, quando os viu correndo e brincando durante o julgamento. O militar ignorava que o cuidado das crianças é historicamente feito por mulheres, e que dessa forma, a prisão das crianças se entrelaça com a prisão da mãe.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes relembra em seu depoimento da noite de 22 de dezembro de 1968, quando foi presa junto dos seus filhos. Passaram a primeira noite no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Maceió e depois do ano novo foram deslocados para uma delegacia de bairro. A cela era sufocante, o vento não amenizava o calor. Os três ficaram desidratados, tiveram estomatite e Priscila teve uma crise aguda de difteria. As crianças também tiveram furunculose, sem qualquer tipo de atendimento médico nesse período (São Paulo, 2014).

Na Escola de Aprendizes de Marinheiros, eles almoçavam a contragosto na sala dos oficiais. Em um desses almoços, um oficial tentou dissuadir Maria a conceder a guarda de André para ele e sua esposa, porque de acordo com ele, Maria não tinha futuro e ela e seu marido estavam presos. Depois, foram levados para o hospital da Polícia Militar de Maceió, onde foram confinados em um quarto-cela. Podiam sair por 15 minutos para as refeições, e banho de sol depois das 16 horas, no pátio com lixo hospitalar e ratos. Dentro do quarto-cela, inventavam brincadeiras, jogos, ginástica e atividades que distraíam as crianças da passagem interminável do tempo (São Paulo, 2014).

A família de Maria dividia a casa em Pariconha com a família de Rita de Cássia Resende, que na época das prisões tinha 7 anos de idade. Rita e sua mãe, Rosemary também foram presas nesta noite. Rita era acostumada a correr e brincar, foi obrigada a ficar parada. Tinham 15 minutos para almoçar no refeitório, que saía no pátio onde Rita, Priscila e André corriam em meio aos ratos e lixos hospitalares (São Paulo, 2014).

Um trecho do seu depoimento marca a sua percepção da experiência da prisão: “Quando criança e mesmo adolescente sentia que me tiravam o direito à vida” (São Paulo, 2014, p. 37). Os militares a tiraram de sua casa depois de derrubarem a porta e se apresentarem fortemente armados. A ditadura submeteu três crianças, uma de 7 anos e duas de 3 anos, a aproximadamente 5 meses de prisão ou sequestro, levando em consideração, que segundo Maria, a prisão das crianças não foi registrada (São Paulo, 2014). Maria e Rosemary se desdobraram para preservar a infância, para criar brincadeiras e jogos para entreter as crianças.

Virgílio Gomes da Silva carrega o mesmo nome do pai, assassinado por agentes da repressão, em setembro de 1970, por ter comandado o sequestro do embaixador norte-americano, que acarretou na libertação de 15 presos políticos brasileiros. Com 6 anos de idade, Virgílio presenciou sua casa ser invadida por agentes da repressão fortemente armados, em aproximadamente 4 carros. Nesse cenário também estavam seus irmãos: Vlademir, com 7 anos, e Isabel, com 4 meses, e a mãe das crianças, Ilda Gomes da Silva (São Paulo, 2014). As crianças foram levadas para a Operação Bandeirante (Oban) e alocadas em uma sala pequena, separadas da bebê Isabel. A mãe informou aos agentes sobre a necessidade de alimentar as crianças. “Eu falei para eles que tinha as crianças pequenas, que a Isabel precisava se alimentar e eu precisava de alimentação para eles. Então deram uma mamadeira para a Isa e depois fui separada dos meus filhos” (São Paulo, 2014, p. 81).

Depois de um curto período na Oban, as crianças foram levadas para o Juizado de Menores. Lá havia mais crianças, que dormiam todas em uma sala, em camas separadas. Isabel ficava em um berçário, com outros bebês. Naquele lugar raspar a cabeça das crianças que chegavam era um procedimento rotineiro, para evitar a proliferação de piolhos.

No Juizado de Menores, “Todas as crianças que chegavam lá tinham a cabeça raspada, aquela coisa para não proliferar piolho. Mas eu me revoltei e não deixei cortarem meu cabelo. Fui o único que ficou com o cabelo comprido ali” (São Paulo, 2014, p. 76). Em meio às crianças moradoras daquela casa, um menino resistiu e permaneceu de cabelos grandes.

O corte de cabelo forçado foi uma das formas de tentar apagar características identitárias daquelas crianças, como a forma que elas escolhem se apresentar no mundo, no caso de Virgílio, com cabelos grandes. Também, as pessoas que ficavam responsáveis pelas crianças, tinham a prática de levá-las para ver casas bonitas, e que segundo eles tinham melhores condições de vida, brinquedos mais bonitos, e o mais importante: famílias consideradas melhores, que não participavam da militância (São Paulo, 2014).

Durante a estadia no Juizado de Menores, Vlademir acordava Virgílio no meio da noite, e os dois irmãos dormiam sob o berço de Isabel. Quando a bebê sentia fome, os irmãos preparavam a sua mamadeira (São Paulo, 2014). Sua mãe ficou presa por mais nove meses. O seu único contato com as crianças se dava a distância, por uma janela:

Nós éramos levados até uma esquina próxima do presídio Tiradentes, de onde minha mãe conseguia nos ver desde uma torre do presídio. Ela tirava a mão por uma frestinha, uma janelinha bem estreita e abanava um jornal. E minha avó ficava ali com a gente naquela esquina. E quando aparecia o jornal a minha avó falava: “Dá tchau que a sua mãe está vendo vocês agora (São Paulo, 2014, p. 76).

Ângela Telma Oliveira Lucena e Adilson Lucena são filhos de Antônio Raymundo de Lucena e Damaris Oliveira Lucena, ambos militantes. Damaris alertava as crianças sobre a importância de sempre cuidar com o que falam, não se afastar muito de casa, inclusive deixava claro em diálogo aberto e objetivo, a possibilidade de a polícia aparecer e a família precisar fugir. Com 3 anos de idade, o pai de Ângela foi assassinado em sua frente, uma imagem que ela nunca esqueceu. Ela relata a violência infringida à sua mãe: “Eu vi minha mãe muito torturada. Ela começou a apanhar no momento em que meu pai foi morto, ali na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Eu lembro exatamente como aconteceu” (São Paulo, 2014, p. 84).

Esse episódio marca a trajetória de Ângela, e revela a realidade vivida por crianças no contexto ditatorial. Além de presenciar o assassinato do pai, ela viu sua mãe ser brutalmente espancada e, em seguida, foi arrancada de seus braços. Ângela identifica esse momento como a perda de sua inocência, o ponto de partida para a compreensão do que significava ser filha de militantes. Como ela mesma afirma, “Não é fácil fazer parte de uma história de dois heróis da nação brasileira” (São Paulo, 2014, p. 84).

Damaris ficou presa no DOPS e as crianças passaram por mais de uma instituição religiosa. Suas camas eram molhadas e eles precisavam dormir nessa condição, porque eram vistos como “filhos de terroristas”. Em São Paulo, foram levados para o Juizado de Menores, onde foram vítimas de castigo até o final de sua estadia. Ângela e Adilson só puderam ver a mãe cerca de 1 mês depois, no dia que foram para Cuba na condição de exilados (São Paulo, 2014).

Os agentes da repressão queriam deixar um recado: não siga o mesmo caminho que os seus pais; lembre-se do fim do seu pai e da realidade da sua mãe; observe a forma que são tratados os “filhos dos terroristas”, a eles destinamos camas molhadas e olhares de desgosto. Ainda assim, Ângela assume a sua herança, filha de militantes políticos, que arriscaram a vida na luta pela democracia brasileira.

O depoimento de Ângela chama-se *Inocência perdida*, enquanto o de Adilson foi nomeado como *Infância resgatada*. O primeiro título deve-se à sensação de conhecer a atividade dos pais e de presenciar a brutalidade da ditadura, o que coloca a perder a ideia de inocência. O segundo tem relação com a noção de que houve uma infância roubada no Brasil, que foi resgatada em Cuba, em que o autor também reconhece o papel fundamental de Damaris nesse período (São Paulo, 2014).

A infância não pode ser roubada porque é experiência (Kohan, 2007), mas os direitos de muitas crianças foram suprimidos em contextos ditatoriais. O direito de ter

um lar saudável, no caso de Ângela e Adilson, foi recuperado em Cuba. Nesse sentido, é importante lembrar que os direitos das crianças começaram a ser discutidos com mais ênfase depois da redemocratização do Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído em 1990. A Constituição de 1967, que vigorou durante a ditadura, não faz menção a direitos específicos da criança, como a proteção contra violência e o direito à convivência familiar. Às crianças pobres cabia o Código de Menores, tão somente. Foi em 1988 que a Constituição Federal, que vigora atualmente, reconhece as crianças como sujeitos de direito.

Em Cuba, a família Lucena conheceu Ñasaindy Barrett de Araújo. Nascida em 1969, em Havana, Cuba, Ñasaindy foi adotada por Damaris Oliveira Lucena no período do exílio, quando a família Lucena foi alocada na mesma casa que a menina. Seus pais biológicos, Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira de Araújo, partiram para o Brasil para dar continuidade a sua militância e faleceram durante essa atividade (São Paulo, 2014).

Ñasaindy se afeioou a Damaris e aos seus filhos, constituindo com eles uma nova família. Aos poucos, passou a considerá-la como mãe e, simultaneamente, foi ocupando o lugar de filha. Os laços entre eles permanecem firmes até os dias atuais. Ela conta que apesar de não ter lembranças com sua mãe ou seu pai, houve um momento em que percebeu que a mãe não voltaria. Nomeia esse momento como despedida, um adeus para a esperança do reencontro.

Mesmo no colo de Damaris, que já ocupava o lugar de mãe, foi doloroso aceitar que a sua mãe biológica não voltaria mais: “No momento em que, ou eu perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer” (São Paulo, 2014, p. 102).

Ñasaindy não fala que um homem assumiu a paternidade, afinal, ela também havia perdido o pai. Ela conta de uma mulher que já era mãe, que já havia sofrido a perda do marido pela repressão, e assume a maternidade de mais uma criança. Essa aproximação entre mulher e criança diz muito sobre o modelo tradicional em relação ao papel doméstico, historicamente assumido pelas mulheres. Uma relação que sempre esteve no centro das discussões sobre o papel da mulher na sociedade, de que o cuidado e a educação dos filhos se constituem como responsabilidades “naturais” das mulheres, reafirmando a tese da maternidade como um destino biológico, e não uma construção social.

Elisabeth Badinter (1985) mostra que essa ideia foi reforçada ao longo da história, especialmente com o avanço do capitalismo, que separou o trabalho produtivo remunerado do trabalho reprodutivo (o cuidado, a casa, os filhos). Sob essa ótica, percebe-se que o “amor materno”, até bem pouco tempo visto como um dom inato, moldou as expectativas sobre o que significa ser mulher e mãe na tessitura social.

Tercina Dias de Oliveira (1913 - 2004) também foi responsável pelo cuidado de crianças que não eram suas filhas durante a ditadura. Ela foi uma militante da Vanguarda Popular Revolucionária. Conhecida como “Tia”. Enquanto militante, criou quatro crianças: Zuleide Aparecida do Nascimento, Luis Carlos Max do Nascimento, Ernesto e Samuel Ferreira. Morou no Vale do Ribeira com seus netos, dando suporte para Carlos Lamarca, até que o aparelho precisou ser desmontado (São Paulo, 2014).

Tercina e as crianças foram presas em Peruíbe - SP, em 1970. Eles foram levados para o DOPS, na cidade de São Paulo. As crianças ficaram em uma sala, separadas da avó e, posteriormente, Zuleide (4 anos de idade) e Luis Carlos (6 anos de idade) foram levados para “[...] uma casa grande e bem mobiliada. Ficamos trancados num quarto de onde não podíamos sair” (São Paulo, 2014, p. 129). Depois, foram levados para o Juizado de Menores. Samuel já tinha mais de 9 anos, foi separado dos irmãos, levado para “[...] um local onde ficavam meninos infratores (São Paulo, 2014, p. 129). Samuel experienciou, na pele, a materialização do Código de Menores.

Diferente das outras crianças, Samuel não era neto de Tercina. Ela o conheceu durante uma viagem ao Rio de Janeiro, onde ele costumava brincar sozinho pelas ruas. Sua mãe e irmãs saíam para trabalhar, deixando-o sozinho, situação que comoveu Tercina e a motivou a adotá-lo. A partir daquele momento, Samuel foi acolhido como membro da nova família, seguindo junto em todos os aparelhos (São Paulo, 2014).

Ernesto foi preso com a mãe, com 2 anos de idade. Antes de ir para o Juizado com os irmãos de criação, passou pela Oban, onde presenciou seu pai ser torturado, e também foi para o DOPS e DOI-Codi (São Paulo, 2014). No Juizado de Menores, as crianças seriam adotadas, entretanto, conseguiram sair do Brasil, graças à insistência de Tercina, que sabia que seria extraditada e não aceitava ir embora sem os netos.

Quando enfim resolveram nos liberar, disseram para minha avó: “Está bem, aqui estão seus três netos”. E ela: “Não, eu quero meus quatro netos. Estou sabendo que o Ernesto está lá dentro também, e ele é meu neto e vai comigo. Entrei aqui com três, mas eu vou sair daqui com quatro”. E assim foi (São Paulo, 2014, p. 130).

A coragem de Tercina, que enfrentou o sistema para proteger aqueles que considerava seus filhos, simboliza a luta silenciosa de tantas mulheres anônimas na

história. Sua trajetória junto às crianças é uma prova poderosa da resistência da mulher militante/mãe e da infância diante do terror do Estado.

Leta Vieira de Sousa nasceu em 1976, é filha de Jessie Jane Vieira de Sousa e Colombo Vieira de Sousa Júnior, ambos militantes. Leta foi concebida enquanto seus pais já estavam na condição de presos políticos, de forma que a gestação e seu nascimento se deram em cárcere.

Com um mês para o nascimento de Leta, Jessie foi transferida para um hospital penitenciário, onde ficou isolada em uma pequena cela, sem exercícios, banho ou qualquer assistência médica. Os hospitais militares se recusaram a realizar o parto, de forma que os companheiros juntaram dinheiro para pagar um hospital privado. No dia 19 de setembro, Jessie entrou em trabalho de parto, e foi levada para a maternidade algemada. Companheiros de luta impediram que os militares entrassem na sala de cirurgia (São Paulo, 2014).

Leta nasceu no dia 20 de setembro de 1976, motivo de muita alegria para sua mãe. Entretanto, não se esperava que naquele dia um grupo de militares sequestraria Dom Adriano Hipólito, bispo conhecido por suas ações a favor dos injustiçados. Nesse clima de terrorismo, Jessie acordou com soldados armados dentro do quarto. Ao amanhecer, o telefone foi cortado e homens na janela ameaçavam matar Jessie e a recém-nascida Leta. Passado algum tempo, Leta foi levada para o berçário e não a trouxeram de volta (São Paulo, 2014).

Com menos de 48 horas do parto, Jessie foi enviada para a penitenciária novamente, ainda sem sua filha. Na penitenciária, entregaram sua filha, que ficou com ela nos primeiros meses de vida, e depois foi entregue para a família de Colombo, pai de Leta.

De 15 em 15 dias, Leta era levada para visitar os pais na penitenciária. Quando perguntam para Leta o que foi ser um bebê na prisão, ela diz que quando vê suas fotos e escuta os depoimentos de sua mãe, pensa que foi como ser um bebê como outro qualquer: “[...] repleto de amor e, talvez, mais carinho do que outros bebês” (São Paulo, 2014, p. 154). Ser filha de uma mulher militante não significa ter recebido menos amor ou ter sido menos desejada. Ser mulher, mãe e militante não são papéis contraditórios.

A repressão contra as mulheres durante a ditadura se manifestou também na tentativa de usar a maternidade como instrumento de controle e dominação, como uma forma de exercer poder sobre os corpos femininos, regulando a vida, a capacidade de gerar e o próprio ato de nascer. Leta está aqui hoje porque sua mãe resistiu, porque

ela própria, enquanto criança e mais tarde como adulta, que conhece a sua história e a relação da mesma com a história da ditadura, resistiu. Jessie afirmou seu direito de amar, maternar e resistir enquanto enfrentava o cárcere, a violência do Estado e o risco à própria vida, para garantir à filha um nascimento seguro, marcado pelo afeto.

Para contar a história de Paulo Fonteles Filho, assim como abordo a história de Leta, preciso contar sobre sua mãe. Hecilda Veiga era estudante de ciências sociais na Universidade de Brasília (UnB), militava no movimento estudantil quando foi presa, grávida de 5 meses, em 1971. Paulo nasceu em 1972, nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). A coragem de sua mãe em dar à luz levou um agente da repressão a cunhar a frase: “Filho dessa raça não deve nascer” (São Paulo, 2014).

Em seu depoimento, Paulo traz os nomes dos homens que torturaram seus pais². Ao incluí-los neste trabalho, busco atender à demanda de Paulo e de muitas outras vítimas da ditadura: “[...] os torturadores têm medo da luz do sol”. Aqui haveremos de colocar holofotes sobre as bestas-feras” (São Paulo, 2014, p. 217).

Segundo Paulo, a denúncia de seus pais, Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, foi publicada no Jornal Resistência, que pertencia à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, no final da década de 1970. Entre as torturas, o pai de Paulo cita que o mostravam para Hecilda por um vidro, enquanto ele apanhava. Ela estava grávida de 5 meses.

No dia do nascimento de Paulo, em 20 de fevereiro de 1972, Hecilda foi levada ao Hospital da Guarnição em Brasília. Consta no depoimento que o médico estava “*irritadíssimo*” (São Paulo, 2014, p. 217), o que o motivou a induzir o parto e realizar o corte sem anestesia. Apesar da dor, Hecilda não chorou, o que rendeu afirmações sobre o amor que ela sentia pelo seu filho. Como não sofria no seu nascimento, não o amava (São Paulo, 2014).

A trajetória de Hecilda une maternidade e resistência. Resistência ao que se espera de uma mulher: que fique em casa, que não se envolva com política e, muito menos, que fique do lado dos subversivos. Por fim, que não gere um filho dessa raça, que não deve nascer. Segundo trecho do depoimento de Paulo:

Minha avó, Cordolina Fonteles de Lima, contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não

² [...] general Antônio Bandeira, coronel Azambuja, major Paulo Horta, major Andrade Neto, major Othon Rego Monteiro, capitão Magalhães, capitão Menezes, ‘doutor’ Cláudio, o delegado da Polícia Federal Deusdeth, tenente Burger, o sargento Vasconcelos, o sargento Arthur, o sargento Ribeiro, o cabo Edson Torrezan, o cabo Jamiro ou Jamito, o cabo Nazareno, o cabo Martins, o cabo Calegari, e os soldados Ismael, Almir, Osmael e Admir (São Paulo, 2014, p. 217).

havam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso! (São Paulo, 2014, p. 217).

O depoimento de Paulo reafirma que as crianças que nasceram do ventre de mulheres militantes eram tidas como inimigas do Estado. O ato de nascer, nesses contextos, era interpretado como uma afronta ao regime. A existência dessas crianças simbolizava a continuidade da luta, a insurgência das mulheres, porque dar à luz em meio à tortura e ao terror é um gesto de insubordinação.

Paulo, como tantas outras crianças que tiveram os seus direitos violados pela ditadura, carrega a urgência de lembrar para que não se repita. Nesse sentido, cabe refletir sobre as considerações de Kohan (2007, p. 88-89):

Talvez, se abrissemos a memória em uma dimensão aiônica do tempo, ela pudesse ser, ao contrário, algo da ordem da ruptura com o passado e com a temporalidade contínua e sucessiva do antes e do depois; talvez a memória possa ser algo da ordem do afastamento do passado, da recusa de outro tempo e da instauração de um novo tempo para pensar, de um novo início para pensar o tempo e de um tempo para pensar (Kohan, 2007, p. 88-89).

O tempo aiônico não é linear. Diferente do tempo *chronos*, não é cronológico. Tem relação com a experiência, por isso é intensivo, qualitativo, escapando da sucessão tradicional dos eventos. Para Kohan (2007), a memória não precisa nos aprisionar ao passado. O sujeito pode estabelecer rupturas com o que já aconteceu, há potencial para pensar diferente, para alterar os eventos criando novas possibilidades. A partir do presente, com liberdade, há a possibilidade de inventar um novo tempo (Kohan, 2007).

Paulo traz a memória do passado cronológico, invoca a resistência das mulheres e das crianças, denuncia a falta de proteção às crianças e, simultaneamente, clama pela justiça no tempo presente, criando novas possibilidades alicerçadas no respeito pela vida, pelos sujeitos, pela democracia e pelas infâncias.

Edson Luis de Almeida Teles e Janaína Teles são filhos de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, militantes do PCdoB no período da ditadura. No dia 28 de dezembro de 1972, seus pais foram sequestrados pelos militares do DOI-Codi de São Paulo. As crianças estavam em casa com Crimeia, irmã de Maria Amélia. A casa funcionava como um aparelho, voltado para atividades de imprensa (São Paulo, 2014).

Na manhã seguinte, um casal civil tocou a campainha, e logo em seguida os policiais entraram. Edson e Janaina, com 4 e 5 anos de idade, foram levados para o DOI-Codi dentro de um camburão onde continham armas. Os agentes disseram: "Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado" (São Paulo, 2014, p. 257). Edson conta que não lembra de muitas cenas, e que muitas coisas foram contadas pela sua irmã e pelos seus pais. Entretanto, ver a sua mãe machucada o marcou profundamente:

E a cena que mais me ficou presente foi o meu primeiro contato com a minha mãe. Parece que eu estava de costas para a janelinha de uma cela ou de um portão que tinha uma janelinha. Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado (São Paulo, 2014, p. 257).

Diante dessa cena dolorosa, Edson pensou: “Quem é esta pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que a voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe” (São Paulo, 2014, p. 257).

A ditadura não poupou as crianças. Submetê-las ao trauma de ver sua mãe, desfigurada pela tortura, revela como o regime via mulheres e crianças filhas de militantes: como inimigas do Estado. Nessa lógica perversa, o sofrimento era multiplicado, os filhos sentiam a angústia diante da dor das mães, e as mães, torturadas já fisicamente, eram vítimas de mais uma tortura: eram forçadas a testemunhar o medo, a dor e o desamparo estampado no rosto de seus filhos.

Maria Amélia conta que seus filhos, Janaína e Edson, “foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os ‘militares’ diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas” (Brasil, 2014, p. 269).

Os dois irmãos passavam o dia todo no DOI-Codi e suas presenças eram usadas pelos militares para arrancar informações de seus pais. Quando não estavam dentro das celas, ficavam no estacionamento, onde inventavam brincadeiras para “[...] disfarçar para nós mesmos, fazer o tempo passar porque não entendíamos o que acontecia ali” (São Paulo, 2014, p. 261). De noite, eram levados para uma casa, onde dormiam ao lado da cozinha, em uma cama de campanha militar. Isso durou cerca de uma semana, até que um tio delegado foi localizado, e as crianças foram morar com ele, sua esposa e seus filhos.

Edson descreve esse período como uma experiência desagradável, quase como cárcere privado. As crianças eram acordadas cedo, Janaína tinha que fazer o café para os seus primos e servir a mamadeira na cama deles. O quintal dessa nova casa era o único lugar que permitia driblar o cotidiano doloroso com brincadeiras e imaginação. Um dia, o tio delegado levou Edson ao “zoológico”:

Eu fui levado para passear com esse delegado. O que era raro, porque não saíamos, ficávamos todos os dias lá. E um dia ele falou: “Ah, vou te levar ao zoológico”. “Legal”, eu pensei. Na minha memória, o zoológico era um lugar legal. Mas ele me levou à delegacia que ele comandava. Me levou para passear no corredor onde estavam as celas (São Paulo, 2014, p. 258).

Nesse período, o delegado e sua família faziam os dois irmãos acreditarem que os seus pais os haviam abandonado. Tudo foi esclarecido quando Crimeia passou a visitar as crianças escondida, e explicar a situação completa, de que seus pais permaneciam presos. Crimeia visitou as crianças em segredo até conseguir a guarda, porque legalmente era tia delas. Maria Amélia e César ficaram presos até 1973 (São Paulo, 2014).

A ditadura pode ter agredido as crianças em seus direitos sociais, mas não a infância por completo, como força existencial. A infância é uma forma de experienciar o mundo, marcada pela curiosidade, pelo espanto, pela abertura ao desconhecido (Kohan, 2007). Na sequência do depoimento, Janaína diz que as demandas dessa infância voltam em momentos que o corpo e a mente não dispõem mais do tempo de criança (São Paulo, 2014).

Cultivamos a falsa visão de que para se tornar adulto, é preciso nos afastar da infância, e que a aproximação dela nos tornaria crianças. É possível ser adulto e estar em pleno contato com a infância, acessando lugares de sensibilidade, imaginação e liberdade, como experienciam as crianças. É possível ser adulto e escapar das formas rígidas de ver, tocar e ser tocada(o) pelo mundo. A infância é um modo de existir, de sentir e de se colocar no mundo.

Crimeia, tia de Edson e Janaína, também era mãe. João Carlos de Almeida Grabois nasceu em Brasília, no Hospital da Guarnição do Exército, no dia 13 de fevereiro de 1973. Foi gerado enquanto seus pais, Crimeia e André Grabois, ainda estavam na guerrilha do Araguaia. Com 6 meses de gravidez, em 1972, Crimeia foi sequestrada pelo DOI-Codi/SP.

O fato de estar em estado já bastante adiantado de gravidez não foi empecilho para as torturas físicas e psicológicas. Levei choques nos pés e mãos, muitos espancamentos, ameaças de fuzilamento e outras violências. E o pior, a ameaça de sequestrarem o bebê, se ele nascesse branco, saudável e do sexo masculino (São Paulo, 2014, p. 276).

No dia 11 de fevereiro, Crimeia entrou em trabalho de parto. O médico que a atendeu disse que não estava na hora do parto e recomendou que a colocassem na enfermaria do presídio. Os militares não a levaram para a enfermaria, mas para a cela:

Os militares me levaram de volta, não para a enfermaria, mas para a cela, onde havia muitas baratas, e como o líquido amniótico escorria pelas minhas pernas elas me atacavam em bandos. Já que os militares não tomavam nenhuma medida, depois do almoço comecei a gritar desesperadamente. Os outros presos fizeram coro e no fim da tarde me levaram para o hospital da Guarnição (São Paulo, 2014, p. 276).

Devido aos protestos dos presos, Crimeia foi levada ao hospital. O obstetra afirmou que ela estava em trabalho de parto, mas ele só faria a cesariana no dia seguinte, porque não estava de plantão. Em resposta à preocupação da mãe de que seu filho morresse durante a espera, ele respondeu: “É melhor! Um comunista a menos!” (São Paulo, 2014, p. 276).

João Carlos nasceu de parto normal, na madrugada do dia 13 de fevereiro. Ele foi separado da mãe e deixado no berçário, e só era entregue a ela para mamar. Com o passar dos dias, Crimeia percebeu que o bebê estava apático. O pediatra lhe negou informações, mas a auxiliar de enfermagem relatou que estavam medicando o bebê com tranquilizante, porque ele chorava muito (São Paulo, 2014).

No hospital, os militares queriam interrogar Crimeia. Ela exigia que o filho estivesse em segurança, para assim responder aos interrogatórios. Como castigo, João Carlos passava dias sem ver a mãe, e voltava com diarreia e vômitos, além de perder peso. Os militares culpavam Crimeia pelo estado precário do bebê, porque ela não queria “cooperar” (São Paulo, 2014).

A história de Crimeia e João Carlos Grabois compartilha semelhanças com o que foi vivido por Carmen Sumi Nakasu de Souza. Seus pais também eram militantes, condição que motivou a tentativa da família de deixar o Brasil em busca de segurança. Em 1973, Carmen era um bebê de 1 ano quando foi presa junto de seus pais, na Estação da Luz em São Paulo. A intenção era tomar o trem para o Rio de Janeiro, e seguir com os planos de ir para fora do país.

Em seu depoimento, Carmen conta que durante a prisão de seus pais, que durou 90 dias, ela foi um “[...] um instrumento de tortura nas mãos dos militares [...]” (São Paulo, 2014, p. 279), “usada” para obter mais informações. Elzira Vilela, mãe de Carmen, fala sobre a separação da filha no DOI-Codi:

No DOI-CODI, retiraram Carmen do meu colo e a levaram para longe de mim. Iniciou-se um verdadeiro inferno. A violência física, a pancadaria, os pontapés, as palmatórias, os choques eram terríveis, mas nada se comparava ao desespero diante da ausência de minha filha (São Paulo, 2014, p. 283).

A análise das condições desumanas a que mulheres e crianças foram submetidas impõe à pesquisa um rigor ético e uma postura crítica. É imperativo que a reconstrução histórica desses eventos não apenas contemple a participação desses sujeitos, mas assegure a centralidade de suas vozes e experiências, contribuindo para uma memória que seja fundamentada no direito à verdade e à justiça.

A tortura é sempre vil, destruidora, acachapante, aniquiladora – espécie de terror inalcançável pela inteligência de quem a sofre. A tortura sobre o corpo de uma

mulher grávida é tudo isso, não em dose dupla, mas elevada a uma potência impossível de determinar em termos matemáticos. Sim, ela atinge imediatamente dois âmbitos biológicos vinculados, um ser e um vir-a-ser. Mas, porque esse ainda inconsciente vir-a-ser sequer pode saber de onde surgem esses tremores terríveis, esses espasmos assombrosos do corpo - lugar em que está aninhado - a alterar para sempre a tonalidade dos eventos no ambiente que o abriga e onde surgirão suas primeiras e mais primitivas percepções -, o impacto, a dimensão da violência da tortura sobre ele permanecerá nas alturas de uma potência imensurável (São Paulo, 2014, p. 290).

As palavras de Mariluce Moura, mulher e mãe que foi presa grávida na ditadura, expõem a brutalidade incalculável da violência da ditadura sobre as mulheres grávidas e as crianças.

O depoimento de Tessa Moura Lacerda, filha de Mariluce, evidencia as repercussões subjetivas da violência de Estado ao mencionar que, ao longo da vida, questionou-se sobre os possíveis efeitos das torturas sofridas pela mãe durante a gravidez. Em razão disso, submeteu-se a diferentes exames médicos, tanto na infância quanto na vida adulta, motivada por episódios de "flashes" que a inquietavam.

Para Wolff (2013), os discursos dos movimentos de guerrilha estão relacionados com a masculinidade. Tanto os homens quanto as mulheres presentes nestes movimentos se viam como seres fortes, corajosos e audaciosos, características socialmente ligadas à masculinidade. Entretanto, os discursos de resistência tiveram como base os valores da feminilidade e da maternidade. Para a autora, a resistência é um amplo leque de ações e movimentos, não se resumindo à luta armada.

Analizando os materiais dessas organizações, percebe-se como as emoções e sentimentos ligados à maternidade foram mobilizados para sensibilizar a opinião pública. Parecia diferente dizer que um militante ou um guerrilheiro tinha sido torturado e estava desaparecido, do que uma mãe dizer: procuro meu filho (Wolff, 2013, p. 123).

O gênero era muito presente nesses discursos. O apelo das mães e familiares humaniza os militantes. Nos depoimentos apresentados neste capítulo a questão das mães que procuram os seus filhos militantes, já adultos, não é presente. O que trazemos são as crianças que foram presas com suas mães, muitas delas ainda no ventre. Esses depoimentos denunciam as violências que o Estado cometeu contra as crianças, contra as mulheres e contra a maternidade. Wolff (2013) traz o valor político das emoções e sentimentos das mães:

Dessa forma as emoções e sentimentos despertados pela exposição do luto das mães, o uso estratégico da noção de maternidade, como um dos componentes das construções de gênero de nossa sociedade, tornam-se nesses contextos cheios de agência, tornando algo normalmente relegado às esferas da intimidade, uma questão pública, a dor privada, em vergonha pública, o choro, em ação política (Wolff, 2013, p. 129-130).

Trata-se da união do que pertence às esferas mais íntimas, os sentimentos, com as lutas públicas em defesa dos militantes presos, torturados e desaparecidos, e também em defesa da democracia. Segundo Wolff (2015, p. 980), as mães eram temidas pelos delegados de polícia:

Quem poderia questionar o direito de uma mãe de saber sobre o destino de seu filho ou filha? Um sentimento construído tão fortemente em nossa cultura ocidental, como explicou Elisabeth Badinter, a ponto de ser considerado um “instinto”, o instinto materno, algo que seria do campo da natureza. As mães se tornaram as primeiras porta vozes que adquiriram legitimidade inquestionável e sensibilizaram a opinião pública.

A maternidade sensibiliza as pessoas. Para pesquisadoras como Wolff (2013; 2015), a resistência passou a ter um rosto feminino, e isso marcou profundamente a memória e o discurso sobre o período. As emoções evocadas por sentimentos, como a maternidade e o gênero, eram ligadas a uma noção de fragilidade das mulheres e das crianças, foram mecanismos utilizados para humanizar os militantes e vencer o imaginário dos comunistas inimigos do país.

Dessa forma, a história tem um viés de fraqueza das mulheres e crianças, que vem dos discursos utilizados para trazer algo de humano para a militância, e que são válidos no contexto. Nesse trabalho, buscamos trazer as resistências empreendidas por esses sujeitos. Frágeis todos somos, homens e mulheres, crianças e adultos. Somos feitos de carne e osso. Estamos falando das mulheres que decidiram ser mães no contexto ditatorial, mas houve mulheres que não o foram. No discurso, evidencia-se a fragilidade das mulheres e das crianças, porque essa fragilidade comove mais o público.

A atitude dessas mães de trazer à tona a dor, a saudade, o sentimento de injustiça e tantas outras questões mobilizadas por elas, está na contramão da fragilidade. São ações que transmitem muita força, e essa força é vista também nos depoimentos acima. É impossível se colocar no lugar dessas mulheres. Até mesmo é difícil exercitar a alteridade, na busca por olhá-las a partir dos seus pontos de vista, dada a dureza do vivido. A leitura traz uma sensação de impotência, porque é como se tudo aquilo acontecesse hoje, e queremos fazer algo, queremos, de alguma forma, salvá-las daquele sofrimento. Wolff (2015, p. 986) descreve muito bem essa sensação:

Pedaços da alma, pesadelos, vergonha, raiva, sensação de impotência, desespero, esperança, solidariedade, são emoções que comunicam, no discurso, mais que palavras e pensamentos racionais. Ao ouvir/ler essas lembranças, nosso corpo compreende através de arrepios, lágrimas, risos nervosos, suor frio, desconforto, ternura. Dá vontade de abraçar, segurar a mão, expressar mais com o corpo também que com palavras, os sentimentos despertados por estes testemunhos.

São pedaços de alma, são acontecimentos, sensações e sentimentos traduzidos em palavras, que fizeram e ainda fazem política. São capazes de fazer com que as pessoas compreendam a urgência de lutar contra políticas antidemocráticas e de nunca mais permitir que uma ditadura seja instaurada nesse país. Conhecer a ditadura por meio dos depoimentos dos sujeitos que foram vítimas desse regime tem o potencial de sensibilizar as pessoas, e trazer a compreensão das consequências reais que as políticas da ditadura tiveram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira, pouco se discute o lugar da maternidade, das mulheres e das crianças. A história é contada sob a perspectiva dos homens militantes, e são silenciadas as mulheres e as crianças, que também lutaram, que também resistiram. Esse recorte da pesquisa é uma tentativa de estabelecer um lugar de escuta para esses sujeitos e histórias silenciadas.

Quando analisamos os depoimentos a partir da defesa do sujeito criança que é forte, que tem identidade própria, que confere ao mundo os seus sentidos, que é capaz de subverter a ordem daquilo que é imposto (Kramer, 2007), acessamos uma nova imagem das infâncias apresentadas na obra *Infância Roubada* (São Paulo, 2014). As crianças foram vítimas da ditadura, e na condição de vítimas elas resistiram. Inseridas na história, elas produziram a sua própria história.

A resistência das infâncias nos leva aos estudos de Kohan (2007), onde coabitam a infância como continuidade cronológica, e a infância como experiência:

Existe também uma outra infância, que habita outra temporalidade, outras linhas: a infância minoritária. Essa é a infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação (Kohan, 2007, p. 94).

As histórias narradas nos depoimentos são únicas, subjetivas e intangíveis. Tomar essas histórias como reflexo apenas da infância tradicional, como progressão sequencial do tempo, seria reduzir as experiências vividas pelas crianças e reduzir a suas ações sobre a história. A infância como experiência desafia o título da obra, analisando as narrativas que a compõem e trazendo os sujeitos crianças para um campo de resistência.

Os depoimentos apontam para infâncias que têm como parte fundamental uma força subversiva que é capaz de resistir em contextos de extrema opressão. Os adultos,

que naquele contexto eram crianças, narram histórias em que os seus feitos de criança subvertem a lógica da ditadura, inaugurando uma nova compreensão desses sujeitos, como atores da própria história.

Houve, dessa forma, direitos roubados e negados às crianças em nome de uma concepção de Segurança Nacional³ que tomou mulheres e crianças como inimigas. Entretanto, o Estado ou qualquer outro agente é incapaz de roubar a infância, porque ela é experiência. Ela é a vida quando há espanto, curiosidade, descobertas infindas.

Quando as crianças e as mulheres não são vítimas do silenciamento histórico, é apresentado, frequentemente, um viés de fragilidade, reforçado por discursos que buscam trazer humanidade à militância. Embora tais narrativas sejam compreensíveis no contexto, este recorte de trabalho propõe evidenciar as resistências empreendidas por esses sujeitos. Em última instância, a fragilidade é condição humana compartilhada: homens e mulheres, crianças e adultos. Ao tratarmos das mulheres que decidiram ser mães durante a Ditadura Civil-Militar, é preciso reconhecer que outras não o foram, e que essa diversidade de experiências compõem o mosaico da luta política. Entretanto, no discurso social, a vulnerabilidade de mulheres e crianças é constantemente ressaltada porque comove, mobiliza e tensiona o imaginário coletivo.

O estudo também lança luz sobre a trajetória das mulheres militantes que eram, simultaneamente, mães, e que tiveram o maternar instrumentalizado pelo regime como forma de tortura psicológica. Essas mulheres eram duplamente pecadoras aos olhos do Estado autoritário: insurgiam-se contra o projeto político golpista e, aos olhos da moral conservadora, negligenciavam o lugar que lhes era socialmente designado: o lar. Apesar da violência do cárcere, da tortura e da vigilância constante, elas resistiram. Suas estratégias de proteção, afeto e cuidado com os filhos nos espaços de prisão explicitam que, mesmo imersas na brutalidade estatal, encontraram formas de garantir segurança e humanidade às crianças. Essa resistência, ao transformar a dor privada em ação política e apelo público, tornou-se um mecanismo fundamental para humanizar a militância e desafiar a construção do “inimigo comunista” propagada pelo regime.

Por fim, permanece o sentimento de profunda injustiça que atravessa a memória dessas experiências, uma vez que o Brasil não responsabilizou os criminosos da ditadura. Essa falta de responsabilização consolidou uma cultura de impunidade que

³ Em síntese, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) afirma que a segurança interna do país não deve ser tratada apenas como função das Forças Armadas. Sua formulação baseia-se na ideia de coesão interna e de um projeto de nação comum, sustentado por uma “unidade política” voltada à realização dos objetivos nacionais por meio da preservação da segurança interna (Silva, 2018).

persiste até hoje. Muitas das vítimas, entre elas crianças à época, como Paulo Fonteles Filho, reivindicam justiça no tempo presente e reafirmam a importância de lembrar para que não se repita. A permanência de práticas autoritárias e a continuidade da impunidade revelam a fragilidade da democracia brasileira e reafirmam a urgência de políticas públicas voltadas ao direito à memória, à verdade e à reparação.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13783, 29 ago. 1979.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 mai. 2025.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. 2004.

DEUCHER, Vanucci Bernard. **Uma cartografia no ensino de história: memórias da Ditadura Civil-Militar do Brasil**. 2025. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GOMES, Veronete Dias. No Banzeiro da Escrita: ressonâncias educativas de cartas na fronteira Cerrado/Amazônia. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 41., 2023, Manaus. Anais [...]. Manaus: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2023. p. 1-7.

GOMES, Athaysi Colaço. **Maternidade clandestina: as experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 2025. 172 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

KOHAN, Walter O. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KRAMER, Sonia. **A Infância e sua singularidade**. In: BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricléia Ribeiro do (orgs). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. pp. 13-23.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

SILVA, Amanda Vidal. **"A gente vivia aquilo, tinha que saber"**: a experiência da infância no contexto da ditadura civil militar brasileira. 2018. 93 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação da Pequena Infância, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Camboriú, Camboriú, 2018.

SILVA, Amanda Vidal. **"Mas como é essa história?"**: experiências narradas por mulheres sobre infância(s) na ditadura militar brasileira. 2022. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SILVA, Amanda Vidal; LIMA, Patricia de Moraes; NAZARIO, Roseli. **Imagens de Infâncias(s): mulheres que narram experiências sobre a ditadura brasileira (1964-1985)**. In: Anais da 41ª Reunião Nacional da ANPEd, 2023. Manaus: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2023, p. 1-6.

STAKE, Robert Edward. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**: o golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jun. 2004.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Eu só queria embalar meu filho**: gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. Aedos, [s. /], v. 5, n. 13, p. 117-131, dez. 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Pedaços de alma**: emoções e gênero nos discursos da resistência. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, dez. 2015.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADE ENQUANTO RESISTÊNCIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: MULHERES E CRIANÇAS INIMIGAS DO ESTADO

Motherhood as resistance during the Brazilian civil-military dictatorship: women and children as enemies of the state

Micaela Stefani Hoff

Graduação em Pedagogia
Professora de Educação Infantil
Rede Municipal de Ensino de Itapema-SC
Instituto Federal Catarinense (IFC campus Camboriú)
micaelahoff233@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-2970-5204> 

Roseli Nazario

Doutorado em Educação
Professora do Curso de Pedagogia
Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituto Federal Catarinense (IFC campus Camboriú)
Pós-doutorado em Ciências da Educação (FPCE-Universidade do Porto)
Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC)
São José, Brasil
roseli.nazario@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4562-148X> 

Amanda Vidal Silva

Mestrado em Educação
Professora da rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú-SC
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE-UFSC)
Balneário Camboriú, Brasil
amavidal92@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8557-3785> 

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua oitocentos e cinquenta, número 100, CEP: 88220-000, Itapema, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. S. Hoff, R. Nazario, A. V. Silva.

Coleta de dados: M. S. Hoff.

Análise de dados: M. S. Hoff.

Discussão dos resultados: M. S. Hoff, R. Nazario, A. V. Silva.

Revisão e aprovação: M. S. Hoff, R. Nazario, A. V. Silva.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-03-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026